

RECENSÕES CRÍTICAS

NOTAS DE LEITURA SOBRE

A INTENSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Henri Nallet — *A Intensificação da Produção Agrícola — interpretações e perspectivas de investigação*, Lisboa, Ulmeiro/Agricultura, 1983, 115 p.

Vários — *Intensificação da Produção Leiteira* (colectânea de textos), Aveiro, União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Mondego — Lacticoop, 1983, 269 p.

1. É manifesta a relação entre estas duas obras, recentemente publicadas, e ambas muito interessantes para quem se preocupa com o papel da agricultura na formação social portuguesa.

Uma delas, a de H. Nallet, resulta da sua participação num seminário sobre a intensificação da produção agrícola realizado em Lisboa em 1979 e é uma síntese autorizada sobre a abordagem teórica que, principalmente influenciada por Claude Servolin, tem um lugar destacado nos estudos rurais em França desde que, no início dos anos 70, a ruptura com a ideia de uma linear homogeneização capitalista dos espaços rurais deu lugar a análises portadoras de maior capacidade para identificar os mecanismos da racionalidade das formas de produção «realmente existentes» e dos processos (diferenciados) pelos quais se articulam com o sistema económico.

As «perspectivas de investigação» que daqui resultam colocam-nos no campo de análise desenvolvido pelos estudos que mais marcam a colectânea sobre a produção leiteira.

Mas não é a hipotética «paternidade» daquela corrente francesa face a estes estudos que aqui me interessa problematizar. Julgo antes que é importante sublinhar como esta colectânea ilustra mais um passo na investigação séria sobre um

sector muito significativo da agricultura portuguesa. E estes passos são seguros quando, como acontece por exemplo no texto «Perspectivas de desenvolvimento da produção leiteira no minifúndio. O caso de Aveiro» (Agostinho de Carvalho, Vitor Barros, Ramos Rocha e Joaquim Rolo), a investigação se preocupa com: a) «a compreensão das lógicas de funcionamento dos diferentes tipos de exploração» e, nomeadamente, no caso dominante das explorações familiares, da unidade família-exploração e dos processos da sua reprodução; b) a recusa da generalização *normativa* de critérios económicos inerentes à produção capitalista; c) a compreensão dos resultados do desenvolvimento de uma actividade produtiva, reconhecendo os seus reais agentes e identificando os mecanismos que se revelam centrais; d) a proposta de perspectivas de desenvolvimento portadoras de vantagens para os sujeitos que as viabilizaram e capazes de contribuir para a coerência do sistema produtivo nacional.

2. Julgo ainda que a análise conjunta destes dois livros merece que se sublinhem duas ideias centrais, deduzidas das questões colocadas pelos autores: *i*) uma toma como pretexto uma reflexão sobre a abordagem apresentada por Nallet e procura equacionar algumas das *diferenças* que a realidade portuguesa oferece face a este modelo; *ii*) outra relaciona-se com as particularidades do «sector leiteiro» no contexto da agricultura portuguesa.

i) O raciocínio de Servolin/Nallet é conhecido: face à resposta desadequada dada pela economia clássica (Quesnay, Young, os mais claros, mas também Smith e Ricardo), pela versão neo-clássica (a redução à concepção empresarial da exploração agrícola), pelas teorias da «industrialização da agricultura» e mesmo pelos clássicos do marxismo, a procura das «formas reais» do desenvolvimento da produção agrícola no capitalismo conduz ao reconhecimento do carácter dominante da exploração familiar. A «solução» teórica de Servolin começa por analisar esta *forma de produção* específica a partir das suas duas características principais (a propriedade directa dos meios de produção e o objectivo económico centrado na reprodução interna). Diferentemente do que acontece em Chayanov, por exemplo, os mecanismos determinantes desta pequena produção originam-se no *exterior* (mecanismo dos preços relativos, conducente à desvalorização dos produtos agrícolas e, daí, à transferência de valor para o conjunto do sistema) e são de natureza essencialmente *mercantil*. O «princípio explicativo» é, pois, claro — sublinha os mecanismos económicos fundamentais que articulam a pequena agricultura europeia com o modo de

produção capitalista e mostra como esta forma de produção é um meio seguro para a intensificação da produção agrícola (o referido mecanismo dos preços impede-lhe a equivalência geral das suas trocas, pelo que se torna imperioso para a sobrevivência do pequeno produtor obter aumentos de produtividade dos factores, principalmente do trabalho, o que consegue à custa dum processo cumulativo de endividamento e submissão). A produção leiteira, vai mostrá-lo Nallet, é, no centro europeu, um exemplo paradigmático desta evolução.

Julgo que este modelo de análise é importante para discutir a problemática da agricultura portuguesa. Por mim, já procurei reflectir sobre esta questão num artigo publicado no n.º 7/8 desta revista (*A Economia Agrária e a Pequena Agricultura*). Mas quero também sublinhar que este ponto de vista (como, com certeza, qualquer outra abordagem) me parece interessante por *semelhança* (a vertente mais presente naquele artigo, dada a sua natureza) e por *contraste*.

Talvez seja mais fácil entendermo-nos mais rapidamente sobre as semelhanças: dominâncias das formas familiares, princípios do seu cálculo económico, barreiras à penetração do capital na agricultura (nomeadamente a «dupla barreira» da propriedade da terra e do processo de trabalho).

É no entendimento acerca dos *contrastos* que possivelmente está o cerne da questão.

1.º ponto: parece-me claro que, em Portugal, não é a modalidade *mercantil* que em absoluto define as formas de articulação da pequena agricultura com o capitalismo.

E este é, recorde-se, o campo em que Servolin raciocina.

Mesmo para um país como a França é hoje evidente que a dominante mercantil não é a única das formas definidoras do relacionamento da agricultura com a sede urbana e industrial do m.p.c. (Cf. a este propósito F. Pernet, *Parmi toutes les conséquences de la crise en agriculture*, Cahiers IREP/développement, n.º 2, Grenoble, 1981).

A «solução», neste caso, está em reconhecer a pluralidade extremamente mais complexa que caracteriza o papel da agricultura na formação social portuguesa. Não omitindo os caminhos próprios por onde age a articulação mercantil, julgo que um dado marcante daquele papel advém da importância que a agricultura complementar (a «função» de reprodução, no quadro familiar rural, de força de trabalho com actividade não-agrícola) tem no nosso país. De facto, em pontos centrais da nossa estrutura económica, talvez por *debilidade* da própria estrutura não-agrícola, a agricultura é o *núcleo* de uma complexa rede de complementaridades.

2.º ponto: é por isto que me parece importante uma atitude teórica e metodológica que, no caso de Portugal, nos coloque *para além* da simples consideração das relações mercantis (designadamente dos preços relativos) para abranger a globalidade das relações económicas. Julgo que é a consideração da natureza da *relação salarial* no conjunto da economia portuguesa, e designadamente da sua esfera industrial, que constitui um ponto de partida central para desenvolver a análise do papel da agricultura.

Desta maneira poder-se-á testar a importância atribuída à *força de trabalho* como eixo de continuidade entre os sectores agrícola e não-agrícola (a mão de obra não será uma variável *discreta*, como supõem os modelos dualistas de crescimento), sem deixar de tomar em conta que é a natureza estratégica do salário no processo de acumulação do capital que preside ao jogo de *relações mercantis* que desvaloriza os produtos agrícolas.

ii) A produção leiteira é, diz-se na colectânea, um «caso ímpar», um «fenómeno particular» no contexto da agricultura portuguesa.

Parece-me bem que se sublinhe este aspecto. Em primeiro lugar porque a natureza do sector agrícola, da complexidade das suas funções e das modalidades da sua articulação com o sistema económico exige que a análise seja desagregada. O sector leiteiro ilustra exactamente uma vertente do processo de *diferenciação* dentro da agricultura portuguesa, tendo este como suporte um processo mais amplo de divisão social do trabalho interna à agricultura (que, por exemplo, «atribui» ao campesinato uma actividade intensiva em trabalho, como é a produção leiteira — onde, para além doutros aspectos, as remunerações do trabalho pesam mais no custo de produção do que as evoluções da produtividade — enquanto as explorações de índole capitalista desenvolvem mais as produções extensivas).

Mas, segunda razão, este caso ímpar é também um caso exemplar. Ele contraria frontalmente a «ideia feita» de imobilismo da produção agrícola em Portugal ou o pré-juízo negativo acerca da pequena exploração. Como mostram Jaime R. Machado (a propósito de «O melhoramento animal no quadro da intensificação») ou Vitor Barros (que estuda a diferenciação, evolução e eficiência de três «Sistemas de produção leiteiros da Beira Litoral») ou ainda Agostinho de Carvalho *et al.* (no artigo já referido) é a pequena produção que revela maior dinamismo e melhores resultados. Com efeito, a ideia de estagnação da agricultura portuguesa não pode deixar de me-

recer reflexão crítica quando deparamos com um sector cuja produção conheceu taxas de crescimento médias anuais de 5,42% (entre 1967 e 1981) ou de 7,26% (entre 1974 e 1981). E é aos «pequenos produtores que se deve a maior parte do desenvolvimento da produção de leite» pois são as regiões de pequenos produtores que têm reforçado o seu peso na produção total e é o escalão de 1-5 vacas que revela maiores contribuições para os aumentos de produtividade verificados.

Naturalmente que esta evolução não é alheia a um conjunto de condições que a facilitaram — pressão do consumo, políticas estatais, acção cooperativa. Mas, o «modelo técnico» que enformava as medidas de política estatais não contemplava os pequenos produtores, antes patrocinava as explorações (praticamente inexistentes) com um mínimo de 30 vacas, relegando para o campo do «não viável» e «não racional» todo o resto — afinal os agentes reais da evolução verificada.

A análise das condições de evolução da produção leiteira colocam-nos face às perspectivas do seu desenvolvimento. A opção é, mais uma vez, clara: «o desenvolvimento a partir das pequenas e médias explorações pode propiciar aumento da produção agrícola e ser fonte de melhoria das condições de vida e de trabalho para a maioria da população activa». O modelo a partir das grandes explorações, como é o caso do «Programa de Desenvolvimento Agro-Pecuário de Entre Douro e Minho», citado por Agostinho de Carvalho *et al.*, é caro (3,3 milhões de contos para 250 a 300 explorações em 3750 ha ou 26,9 milhões de contos para 800 explorações em 8058 ha) e, talvez, irrealizável. É, finalmente, o confronto entre modelos de desenvolvimento — confronto que supõe pluralidade de alternativas e não a ideia de um *ótimo* único e indiscutível que tão arreigado está numa tecnocracia de peso crescente no aparelho de estado.

Assinale-se ainda que, sendo o sector leiteiro um daqueles em que, na agricultura portuguesa, é bastante evidente a dominância da forma *mercantil* no seu relacionamento com o conjunto do sistema económico (a obtenção de somas monetárias regulares a partir da venda do leite é mesmo o sentido mais óbvio desta actividade), nem por isso deixa de ser marcado por particularidades bastante significativas. Desde logo pela importância decisiva da acção cooperativa, a quem «coube o papel de adequar um conjunto de técnicas e medidas de política às condições concretas das pequenas explorações, à sua dimensão e lógica de funcionamento». Depois, parece-me, (e julgo que seria importante introduzir esta variável na análise empírica) a lógica da exploração é (também) uma lógica de *complementaridade* — o princípio de reprodução da unidade fami-

lia-exploração não contabiliza como valores monetários só a receita da venda dos produtos agrícolas mas também, em muitos casos, o produto da venda, no sector não-agrícola, da força de trabalho de um ou mais dos membros da família. Daí que uma abordagem como a de Servolin e Nallet possa não esgotar toda a problemática que o funcionamento destas explorações origina.

Como se sabe, a produção leiteira desenvolve-se em explorações de pequeno efectivo pecuário — em 1976 95,6% das explorações do Continente tinham 1-5 vacas enquanto, para o distrito de Aveiro, em 1979, este valor era 97,4%. E se é certo, como nos lembram os autores, que o dinheiro do leite é, para os trabalhadores agrícolas familiares, o seu salário, também é verdade que este é, em muitos casos, o «salário» da mulher e o complemento do próprio salário industrial do homem. Esta situação, não deixando de se enquadrar bem no quadro em que os autores analisam a lógica de funcionamento da exploração familiar, é, contudo, uma das facetas que marca a diferença da pequena produção na zona em estudo relativamente, por exemplo, ao papel que esta desempenha nos países do centro europeu.

3. Finalmente parece-me importante sublinhar um outro aspecto, também tratado no estudo de Agostinho de Carvalho *et al* — refiro-me à questão das tecnologias e da sua adequação às pequenas explorações familiares.

A acção do movimento cooperativo desfez o argumento da impossibilidade de juntar pequena produção e evolução técnica «colocando à disposição do pequeno agricultor uma tecnologia que até então era apenas disponível para os agricultores de mais de 6-10 vacas» (caso das salas de ordenha colectiva).

Isto faz-nos reflectir sobre a importância das inter-relações entre as políticas de *investimento* e o grau de *controlo* dos produtores sobre os processos de produção e distribuição. No centro europeu as políticas relativas à pequena agricultura têm mostrado como, em muitos casos, a «modernização» vai a par de uma quebra acentuada de autonomia das explorações (face à crescente dependência criada pela obtenção de capitais e tecnologias). Quando, como acontece no caso da produção leiteira pela via do movimento cooperativo, a realização de investimentos e a modernização é compatível com a manutenção de um relativo controlo sobre o processo produtivo (pequenos agricultores) e o processo de distribuição (cooperativas) é possível perspectivar um modelo de desenvolvimento diferente e, por certo, mais vantajoso.

4. Uma nota final: entre os vários estudos publicados na colectânea chamaria ainda a atenção para mais dois. O de Vitor Barros, onde desenvolve também a problemática da análise Eco-energética e o de Manuel Belo Moreira acerca de «O circuito económico do leite».

José Reis